



# Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã  
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA  
Siegfried Emanuel Heuser

# Conjuntura FEE

ANO 23 Nº 7  
Julho de 2014

## Crescimento desigual das atividades industriais

A indústria de transformação iniciou 2014 com uma queda, nos cinco primeiros meses do ano, de 2,4% na sua produção física, em relação ao mesmo período do ano anterior. Tal desempenho colocou mais combustível nas preocupações dos setores empresariais, acadêmicos e do Governo com os rumos da indústria nacional. De fato, isso representa a continuidade da estagnação da produção industrial, que teve início com a crise econômica mundial, em 2008. Tal fato fica mais evidente quando se observa que, entre 2003 e 2008, a produção física da indústria brasileira havia crescido 24,3%, enquanto, nos cinco anos que se seguiram, essa taxa caiu para 3,0%. Esse fraco desempenho industrial acentuou o declínio da participação da indústria de transformação no PIB brasileiro, a qual chegou ao patamar de 11,0%, o menor percentual histórico já registrado.

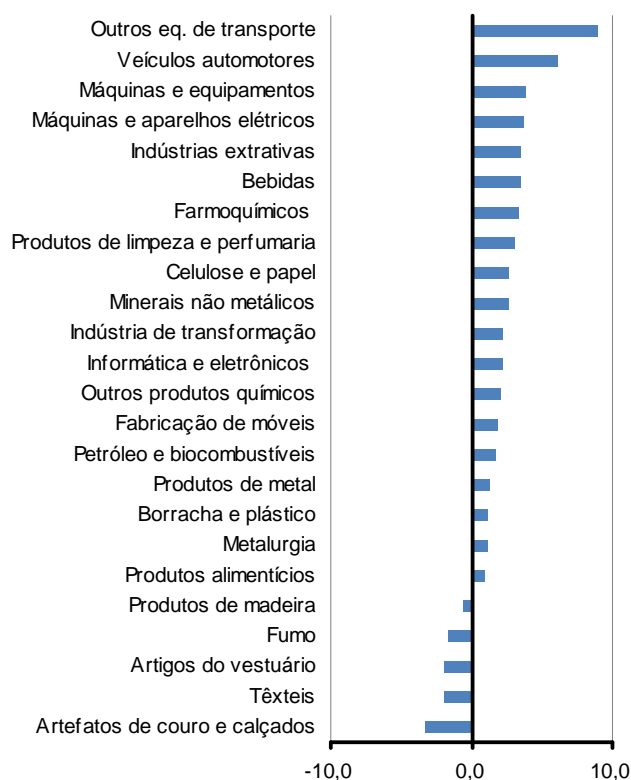
Embora a queda na produção física tenha atingido a grande maioria das atividades industriais nos dois últimos anos, analisando-se o seu crescimento por um período mais longo, observa-se que as mesmas têm apresentado um desempenho bem diferenciado (Gráfico). Assim, enquanto a indústria de transformação, entre 2002 e 2013, apresentou um crescimento médio anual de 2,3%, as atividades produtoras de veículos automotores, reboque e carrocerias e de outros equipamentos de transporte cresceram a taxas médias anuais superiores a 6,0%. Nessa mesma tendência, convém destacar as atividades de fabricação de máquinas e equipamentos e de fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, as quais apresentaram um crescimento, no período, de 3,8% a.a. Tais atividades, por possuírem diversos encadeamentos com os demais ramos da indústria, bem como com o setor serviços, apresentam fortes efeitos multiplicadores sobre toda a atividade econômica. Do ponto de vista negativo, convém destacar as atividades de artigos do vestuário; têxteis; e de artefatos de couro e calçados, as quais, em virtude da perda de competitividade e da forte concorrência chinesa, apresentaram taxas negativas de crescimento no período em questão.

Os dados mencionados parecem explicitar a indissociável vinculação do desempenho industrial brasileiro em relação à economia mundial, tanto no que se refere ao impacto da crise econômica como também da concorrência internacional. Esse desempenho diferenciado das atividades industriais também acaba por impactar a balança comercial brasileira, uma vez que as atividades que têm apresentado maior crescimento, além de estarem com dificuldades de aumentar o seu mercado externo, são altamente dependentes da importação de peças e matérias-primas. Por fim, os dados parecem apontar uma significativa alteração na estrutura industrial

brasileira em direção a atividades com maior intensidade tecnológica.

A aceleração do crescimento econômico brasileiro passa, necessariamente, por uma retomada do crescimento da produção industrial a taxas mais elevadas. Nesse sentido, as políticas de curto prazo que o Governo brasileiro tem adotado, tais como as isenções tributárias provisórias, o Programa de Sustentação do Investimento e o Reintegra, podem ter um impacto positivo sobre a lucratividade da indústria. No entanto, os ganhos de competitividade internacional e o retorno do crescimento industrial irão depender muito mais da capacidade de inovação do setor empresarial, de uma política cambial mais favorável à indústria, da redução da taxa de juros e da capacidade do Governo de estimular investimentos privados no longo prazo.

Taxa média percentual anual de crescimento da produção física da indústria no Brasil — 2002-13



FONTES: IBGE.

**André Luis Contri**  
Economista, Pesquisador da FEE

## Evolução da participação da economia do RS, por setores, na do Brasil

Grande atenção tem sido dada à evolução da participação da economia gaúcha no total da economia brasileira. Essa variável tem a função de relativizar o desempenho da economia estadual, comparando-a com a economia nacional. Porém, ao se fazer isso, deve-se lembrar que ela é a agregação de várias atividades e que a economia brasileira é composta de estados com grandes diferenças entre si.

No período 2002-11 (disponível nas Contas Regionais), a participação do RS caiu de 7,2% para 6,4%, o que motiva tentativas de explicação para esse fato. Nesse período, houve uma desconcentração da renda entre as Regiões, com as mais ricas, Sudeste e Sul, perdendo -1,3 e -0,8 pontos percentuais (p.p.), respectivamente, de participação no PIB brasileiro, enquanto tiveram ganho as Regiões Nordeste (0,5 p.p.), Centro-Oeste (0,8 p.p.) e Norte (0,8 p.p.).

Desagregando-se essa informação para o nível estadual, das 27 unidades da Federação, apenas cinco perderam participação nesse período: SP (-2,3 p.p.), RS (-0,8 p.p.), RJ (-0,4 p.p.), PR (-0,3 p.p.) e BA (-0,2 p.p.). Já os estados que mais tiveram ganho foram MG (0,9 p.p.), ES (0,5 p.p.), PA (0,5 p.p.) e MT (0,4 p.p.).

Assim, apesar do movimento de transferência de produção das regiões com mais renda para aquelas com menos renda, o movimento entre os estados mostra alguns com um nível de renda *per capita* alta, como ES, e outros com PIB elevado, como MG, o terceiro maior PIB do País, ganhando participação.

Dividindo o PIB nas sete atividades da tabela, o RS ganhou participação apenas na atividade serviços industriais de utilidade pública (SIUP), 1,3 p.p., passando de 5,1% para 6,4% do total da produção do setor no Brasil. Nessa atividade, houve uma perda da participação de SP e ganho nos Estados de RS e SC e na Região Nordeste.

Já as duas atividades nas quais o RS perdeu mais participação foram comércio (-1,6 p.p.) e transformação (-0,9 p.p.). No comércio, o RS caiu de 8,1% para 6,5% do total produzido

no País, ficando junto a SP (-2,0 p.p.) e RJ (-1,5 p.p.); enquanto isso, ganharam SC (1,0 p.p.) e MT (1,0 p.p.).

Na indústria de transformação, o RS caiu de 9,3% para 8,4% do total da do Brasil, caindo da 2ª para a 3ª posição. Apenas SP (-1,7 p.p.) e BA (-1,1 p.p.) perderam mais participação. No outro extremo, os estados que mais tiveram ganho foram MG (1,1 p.p.), SC (0,7 p.p.) e GO (0,7 p.p.).

A atividade na qual o RS representa uma maior parcela da produção nacional é a agropecuária. Nessa atividade, o Estado manteve a participação quase estável, caindo de 11% para 10,9% do total produzido no Brasil, continuando a ser a terceira maior produção do setor, atrás apenas de MG e SP. Essa atividade foi uma das que teve uma maior oscilação na participação dos estados, com as maiores quedas em SP (-1,4 p.p.), BA (-1,2 p.p.), GO (-1,1 p.p.) e PA (-0,9 p.p.) e com os maiores ganhos em MG (2,9 p.p.), MA (1,5 p.p.), MT (1,5 p.p.) e RO (1,0 p.p.). Assim, vê-se que a expansão da fronteira agrícola foi fator determinante para a ausência de ganho de participação do RS na agropecuária.

Porém, mesmo essa estabilidade contribuiu para a perda de participação total do RS, pois a participação da agropecuária no PIB brasileiro caiu de 6,6% para 5,5%, principalmente em função do crescimento da participação do comércio e da indústria extrativa.

A indústria extrativa, na qual o RS é inexpressivo em nível nacional, passou de 1,6% da economia brasileira para 4,1%, crescendo principalmente no PA e em MG, sendo que este último foi o estado que mais ganhou participação total na economia nacional. MG ganhou 0,9 p.p. no total. Porém, esse ganho não foi consequência apenas da indústria extrativa, importante em MG e naturalmente sujeita a grandes oscilações de preço e, conseqüentemente, de participação. MG teve aumento expressivo de participações em cinco atividades — extrativa (3,7 p.p.), agropecuária (2,9 p.p.), construção civil (2,0 p.p.), transformação (1,1 p.p.) e SIUP (1,1 p.p.).

Varição da participação da economia do RS na do Brasil e regiões e estados com maior e menor variação da participação, por atividade, na economia do Brasil — 2002-11

ATIVIDADES E TOTAL	PARTICIPAÇÃO RS/BRASIL			MAIORES E MENORES VARIAÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO BRASIL							
	2002 (%)	2011 (%)	Variação (p.p.)	Regiões				Estados			
				Menor variação	Variação (p.p.)	Maior Variação	Variação (p.p.)	Menor Variação	Variação (p.p.)	Maior Variação	Variação (p.p.)
Total .....	7,2	6,4	-0,8	SE .....	-1,3	N .....	0,8	SP .....	-2,3	MG .....	0,9
Agropecuária .....	11,0	10,9	-0,1	S .....	-1,5	SE .....	1,8	SP .....	-1,4	MG .....	2,9
Extrativa .....	0,9	0,4	-0,5	NE .....	-4,4	N .....	7,1	RJ .....	-10,1	PA .....	7,7
Transformação .....	9,3	8,4	-0,9	NE .....	-1,0	CO .....	1,7	SP .....	-1,7	MG .....	1,1
Construção .....	5,2	5,1	-0,1	SE .....	-4,7	NE .....	1,8	SP .....	-4,5	MG .....	2,0
SIUP .....	5,1	6,4	1,3	SE .....	-6,6	NE .....	4,0	SP .....	-7,3	SC .....	3,3
Comércio .....	8,1	6,5	-1,6	SE .....	-2,8	CO .....	1,8	SP .....	-2,0	SC .....	1,0
Outros .....	6,5	6,4	-0,1	NE .....	-0,1	S .....	0,2	RJ .....	-0,3	PR .....	0,3

FONTE: IBGE/Contas Regionais.

**Rodrigo de Sá**  
Economista, Pesquisador da FEE

## Indústria gaúcha em queda no primeiro quadrimestre

No primeiro quadrimestre de 2014, a produção física da indústria gaúcha de transformação apresentou uma taxa negativa de 0,6% contra um crescimento de 5,3% em igual período do ano anterior. Esse resultado foi semelhante ao registrado pela indústria brasileira, que obteve taxas respectivas de -1,8% e 4,2%. No caso do RS, tal *performance* foi comum a quase todas as atividades industriais, exceto em produtos alimentícios e celulose. Com resultados positivos, porém inferiores aos alcançados em 2013, destacam-se as indústrias produtoras de derivados do petróleo e biocombustíveis; de veículos automotores; e de móveis. Cabe considerar que, no quadrimestre em questão, o desempenho exportador do RS apresentou o pior resultado entre os estados brasileiros. Justifica-se, dessa forma, que as maiores quedas estejam localizadas nas atividades em que as vendas externas têm uma participação importante. É o caso de indústria de fumo (-14,2%), produtos químicos (-12,3%) e calçados (-5,8%). Esta última, apesar de todos os esforços de reestruturação, vem acumulando perdas nas últimas décadas, reduzindo continuamente a produção e o emprego. A indústria metalúrgica, importante fornecedora de insumos

internos, teve sua queda determinada pelo fraco desempenho das indústrias brasileira e estadual.

Esses números confirmam que o mercado interno ainda se constitui em um dos pilares para a sustentação das vendas de produtos finais, como é o caso de alimentos, veículos automotores e móveis, cujas previsões por parte dos empresários são de recuperação até o final do ano.

A indústria estadual de máquinas e equipamentos, representada principalmente pela produção de tratores e máquinas e implementos agropecuários, foi diretamente atingida pelas restrições impostas pela Argentina. Essa atividade também apresenta perspectivas de melhores resultados, tendo em vista a expansão do agronegócio brasileiro. Além disso, contará com um aporte de R\$ 30 bilhões do BNDES para ampliação do crédito, o que deverá contribuir para o lançamento de novos produtos já anunciados por algumas grandes empresas do setor. No curto prazo, a recuperação da indústria gaúcha dependerá da retomada das exportações estaduais e nacionais, do desempenho da agricultura e da continuidade das vendas internas.

Taxas de crescimento da produção física de algumas atividades industriais no RS — jan.-abr. 2013-14

ANOS	ALIMENTOS	FUMO	COURO E CALÇADOS	CELULOSE, PAPEL	COQUE, PETROQUÍMICOS E BIOCOMBUSTÍVEIS	OUTROS PRODUTOS QUÍMICOS	METALURGIA	PRODUTOS DE METAL	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	VEÍCULOS AUTOMOTORES, REBOQUES E CARROCERIAS	MÓVEIS
2013	1,3	-15,4	-0,7	-8,1	8,8	-3,5	-1,9	9,5	6,2	25,6	4,6
2014	1,5	-14,2	-5,8	0,1	4,2	-12,3	-3,9	0,1	-1,0	12,0	0,6

FONTE: PIM-IBGE.

NOTA: A base de dados refere-se a período do ano anterior = 100.

**Clarisse Chiappini Castilhos**  
Economista, Pesquisadora da FEE

## Exportações gaúchas por intensidade tecnológica

Analisando-se as exportações industriais do Rio Grande do Sul entre 2003 e 2013, classificadas por intensidade tecnológica, nota-se um crescimento mais forte no segmento de média-alta tecnologia. Nesse período, o valor exportado por esse segmento cresceu US\$ 3,2 bilhões, enquanto as vendas externas do setor industrial como um todo cresceram US\$ 6,8 bilhões. Com isso, a participação do segmento de média-alta tecnologia passou de 31,7% em 2003 para 39,7% em 2013 (nesse cálculo, foi descontado o valor atípico de US\$ 4,7 bilhões exportados de plataformas de petróleo).

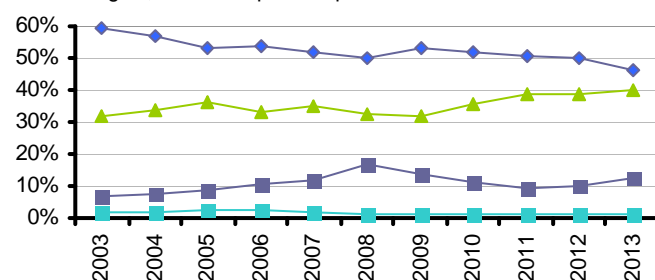
Apesar desse crescimento, as exportações de média-alta tecnologia continuam em segundo lugar no total estadual, atrás do segmento de baixa tecnologia. Mas essa distância vem-se reduzindo, uma vez que os setores de baixa tecnologia cresceram menos no período. Enquanto o crescimento das exportações da indústria de média-alta tecnologia foi de 164%, o crescimento dos setores de baixa tecnologia foi de 65%. Aliás, o desempenho desse segmento foi inferior ao do setor industrial como um todo, o que justifica a sua perda de participação nas exportações da indústria.

Dentro das exportações de média-alta tecnologia, os principais produtos exportados pelo Estado são plásticos, automóveis, tratores e químicos. Dentre os principais destinos, destacam-se Argentina e EUA, que, juntos, representaram, em 2013, 40,8% das exportações de média-alta tecnologia. Além desses países, vêm se destacando como importantes destinos das exportações de média-alta tecnologia os

países da América do Sul (exclusive Argentina), que absorveram 28,9% das vendas desse segmento em 2013.

No segmento de baixa tecnologia, o RS exporta principalmente carne de aves, farelo de soja, carne suína, couro, calçados e óleo de soja. A queda das exportações de calçados nesse período foi a que mais prejudicou o segmento. No que diz respeito a esse grupo de produtos, os destinos que mais cresceram no período foram Coreia do Sul, China e Hong Kong.

Participação dos setores da indústria, classificados por intensidade tecnológica, no total exportado pela indústria do RS — 2003-13



Legenda:

—♦— Baixa tecnologia      —▲— Média-alta tecnologia  
—■— Média-baixa tecnologia      —■— Alta tecnologia

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC.

**Guilherme Risco**  
Economista, Pesquisador da FEE

Tabela 1

Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — dez./13-maio/14

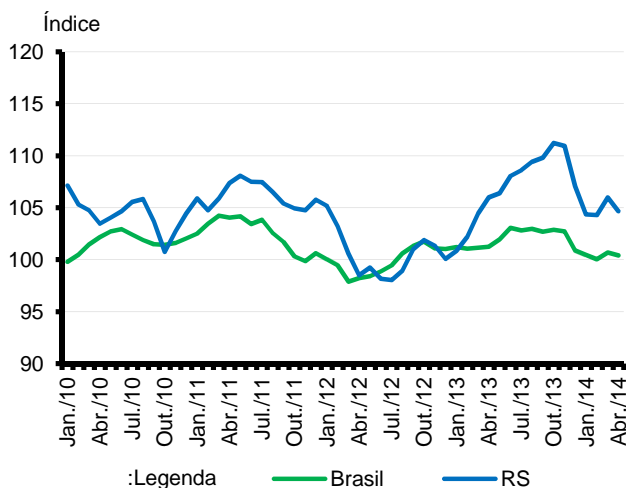
MESES	IPCA			IGP-M			(%)
	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	
	Dez./13	0,92	5,91	5,91	0,60	5,53	
Jan./14	0,55	0,55	5,59	0,48	0,48	5,67	
Fev./14	0,69	1,24	5,68	0,38	0,86	5,77	
Mar./14	0,92	2,18	6,15	1,67	2,55	7,31	
Abr./14	0,67	2,86	6,28	0,78	3,35	7,98	
Mai/14	0,46	3,33	6,38	-0,13	3,21	7,84	

FONTE: IBGE.

Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

Produção física industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-abr./14

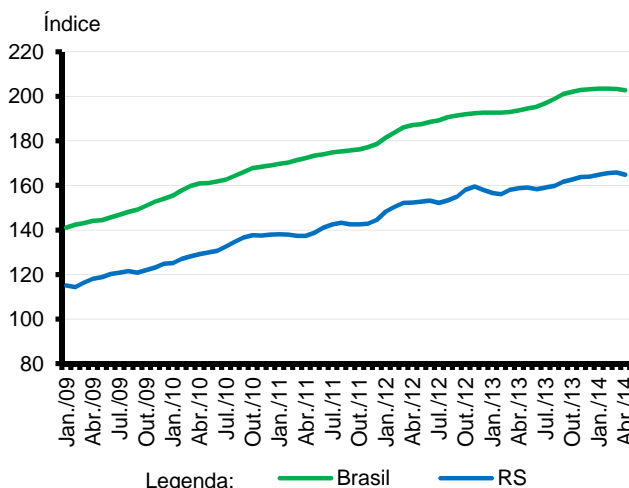


FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.  
2. Os índices têm como base a média de 2012 = 100.  
3. Em 2014, a PIM-PF modifica a estrutura de coleta.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-abr./14



FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.  
2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia brasileira — dez./13-maio/14

INDICADORES SELECIONADOS	NO MÊS						NO ANO (1)	EM 12 MESES (1)
	Dez./13	Jan./14	Fev./14	Mar./14	Abr./14	Mai/14		
Taxa de câmbio (US\$) (2) .....	2,35	2,38	2,38	2,33	2,23	2,22	2,31	2,28
Taxa de câmbio efetiva real (3) .....	96,3	97,1	96,6	92,9	88,8	87,7	92,6	93,6
Taxa básica de juros (% a.a.) (4) .....	10,00	10,50	10,75	10,75	11,00	11,00	10,80	9,83
Superávit primário (% do PIB) .....	-2,5	-4,9	-0,5	-0,9	-4,0	2,5	-1,5	-1,5
Balança comercial (US\$ milhões) .....	2.652	-4.059	-2.125	112	506	712	-4.854	3.080
Exportações (US\$ milhões) .....	20.846	16.026	15.934	17.628	19.724	20.752	90.064	238.953
Importações (US\$ milhões) .....	-18.194	-20.085	-18.059	-17.516	-19.218	-20.040	-94.918	-235.873
Transações correntes (US\$ milhões) .....	-8.636	-11.530	-7.389	-6.238	-8.282	-6.635	-40.074	-81.854

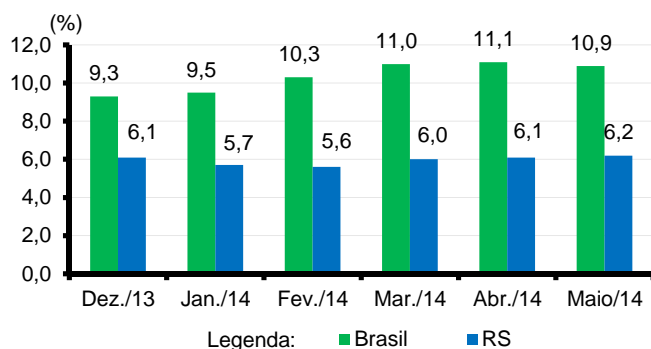
FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média do período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês.

## Carta de Conjuntura - Ano 23 nº 7

Gráfico 3

Taxa de desemprego total no Brasil e no Rio Grande do Sul — dez./13-maio/14

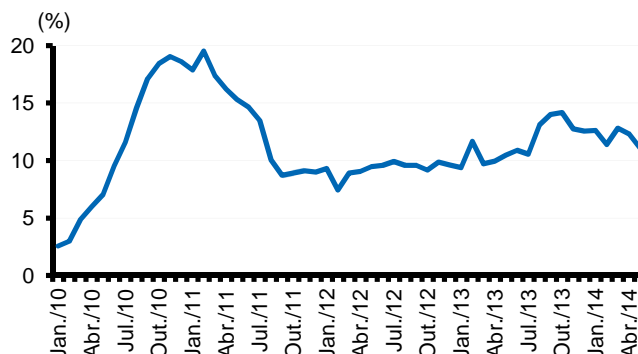


FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. Brasil corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo e o Distrito Federal.  
2. Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 4

Taxa de variação da arrecadação do ICMS no Rio Grande do Sul — jan./10-maio/14



FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.  
NOTA: Variação acumulada em 12 meses.

Tabela 3

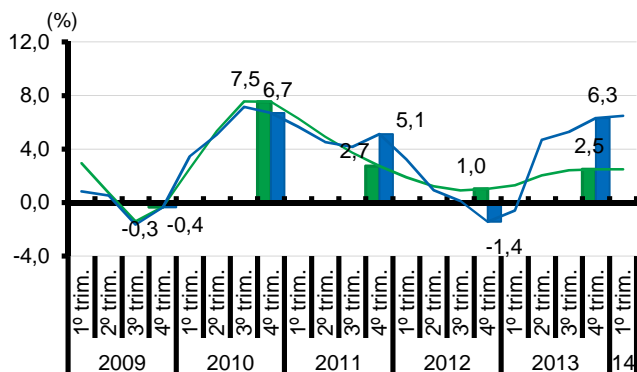
Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — dez./13-maio/14

MESES	EXPORTAÇÕES ACUMULADAS NO ANO (US\$ FOB milhões)		PARTICIPAÇÃO RS/BR (%)	VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)					
				Valor		Volume		Preço	
				RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
Dez./13	25.094	242.034	10,4	44,3	-0,2	16,8	4,1	22,6	-4,1
Jan./14	1.077	16.026	6,7	4,0	0,4	-14,6	3,6	21,8	-3,2
Fev./14	2.096	31.960	6,6	-1,0	1,4	-14,9	7,1	16,3	-5,3
Mar./14	3.249	49.588	6,6	-8,0	-2,5	-20,6	2,9	16,0	-5,2
Abr./14	4.905	69.312	7,1	-6,8	-3,0	-20,1	3,6	16,5	-6,3
Mai./14	6.871	90.064	7,6	-8,7	-3,5	-22,4	2,9	17,2	-6,1

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

Gráfico 5

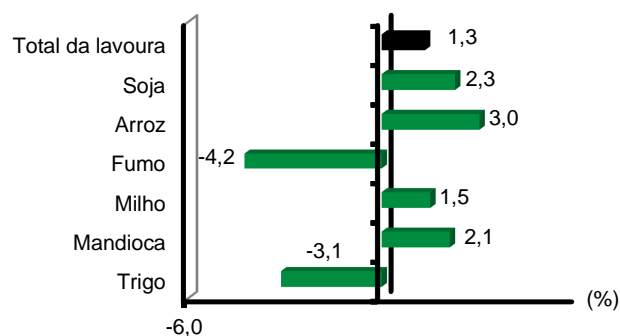
Taxa de variação do PIB, acumulada em quatro trimestres, no Brasil e no Rio Grande do Sul — 3º trim./08-4º trim./13



FONTE: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. FEE/CIE/NCR.

Gráfico 6

Estimativa de crescimento da lavoura e de suas principais culturas no Rio Grande do Sul — maio/14



FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. FEE/CIE/NCR.

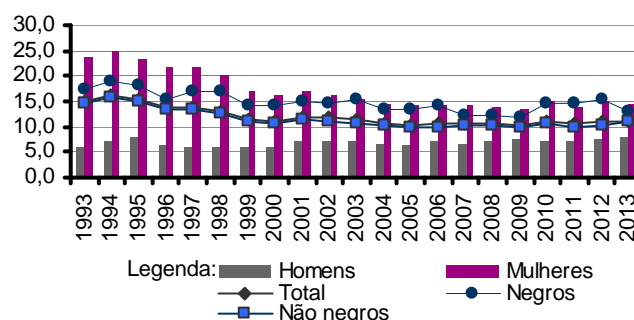


## Quem são os jovens nem-nem na RMPA?

O grupo de jovens nem-nem — denominação dada à condição “nem estuda e nem trabalha” — chamou atenção da sociedade quando seu contingente passou a se elevar, após a crise de 2008, em especial nos países desenvolvidos, dado que se encontra excluído de duas das mais importantes instituições para sua formação social e cidadã: escola e mercado de trabalho. No Brasil, mostra-se um problema de ordem mais estrutural, não tendo uma vinculação direta com a crise. Detendo-se na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), as informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-RMPA) permitem avaliar a situação dos jovens nem-nem e suas características sociodemográficas. O número total de jovens de 16 a 24 anos, na Região, era de 534 mil em 2013, sendo que os jovens nem-nem representavam 11,2% desse total (60 mil jovens). Note-se que essa proporção apresentou tendência declinante nos últimos 20 anos, com ligeira elevação após a crise recente (em 1993, a parcela de jovens nem-nem era de 15% ou 73 mil). Quanto ao sexo, entre as mulheres jovens a parcela de jovens nem-nem teve queda relevante, de 23,7% para 14,6% entre 1993 e 2013; já para os homens, registrou-se pequena alta, de 6,1% para 7,8% no mesmo período. Pela variável raça/cor, reduziu-se a proporção tanto de negros como de não negros (de 17,3% em 1993 para 13% em 2013 e de 14,7% para 11% respectivamente). A melhora na escolaridade dos jovens nem-nem foi expressiva, pois a parcela com ensino médio completo elevou-se de 9,9% para 33,9% no período, registrando-se diminuição entre os jovens com ensino fundamental incompleto, de 65% para 25,9%. No entanto, eles estavam concentrados nas famílias mais pobres (66,1% pertenciam a famílias nessa condição, em 2013, contra 35,4% dos demais jovens).

A análise desses dados permite concluir que, não obstante a melhora na condição dos jovens nem-nem, persistem aspectos preocupantes: seu contingente continua elevado; a diminuição ocorreu somente entre as mulheres; seu grau de escolaridade é inferior ao do total de jovens; e estão concentrados nas famílias mais pobres. Portanto, o distanciamento de parcela importante de jovens de instituições sociais fundamentais para sua formação demanda maior atenção das políticas públicas, pois muitos deles se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Proporção dos jovens de 16 a 24 anos que não estudam e nem trabalham, total, por sexo e por raça/cor, na RMPA — 1993-2013



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

**Miriam De Toni**  
Socióloga, Pesquisadora da FEE  
**Thiago Seibel da Rosa**  
Bolsista FAPERGS na FEE

## Programa Passe Livre Estudantil (PLE-RS)

Em junho de 2013, em função da mobilização da população, o Governo do Estado anunciou a isenção de passagens para estudantes de baixa renda nos serviços de ônibus intermunicipais metropolitanos e nas linhas das aglomerações urbanas do Rio Grande do Sul. Passado um ano da proposição, com projeto de lei aprovado por unanimidade na Assembleia Legislativa, em setembro de 2013, o Passe Livre Estudantil vem sendo implantado no RS, tendo como órgão gestor a Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan).

O PLE-RS tem como finalidade conceder subsídio no transporte intermunicipal entre a residência e a instituição de ensino, para estudantes com renda *per capita* familiar de até 1,5 salário mínimo, matriculados e com frequência comprovada em instituições de ensino regular.

O subsídio ao transporte estudantil apresenta-se em duas modalidades. A primeira delas, com subsídio de 100% da tarifa, é o Programa Passe Livre, iniciado em 2013, que atende à Região Metropolitana de Porto Alegre e às aglomerações urbanas do Nordeste, do Litoral Norte e do Sul, no âmbito do Sistema Estadual de Transporte Metropolitano Coletivo de Passageiros (SETM). Essa modalidade está sendo implantada via bilhetagem eletrônica, em maior parte, e com emissão de tíquetes nos locais onde ainda não há a bilhetagem, atendendo a 67 municípios no total. Desde o início do Programa, já foram emitidos 78.304 tíquetes, que beneficiaram 1.097 estudantes. Com o bilhete eletrônico TEU (cartão), foram aprovados no sistema 4.269 alunos, e outros 1.896 se encontram em processo de aprovação.

A segunda modalidade, atribuída aos municípios fora do SETM, está sendo implantada pelas prefeituras, que recebem repasses de recursos do Estado, conforme cálculo específico, considerando as distâncias (residências-municípios de estudo) e o número de alunos beneficiados. No período mar.-jun./14, foram repassados em torno de R\$ 1,8 milhão aos 337 municípios do interior do RS que aderiram ao Programa, sendo beneficiados 21.769 alunos.

Para orientar os objetivos e metas do PLE-RS, foi instituído o Conselho Gestor do Programa, e, para fins de esclarecimentos sobre o Programa, foram realizadas audiências públicas ao longo do primeiro semestre de 2014, em vários municípios do Estado.

Para custear o Programa, foi criado o Fundo Estadual do Passe Livre Estudantil (FPLE-RS), cuja principal fonte de receita é proveniente de dotações orçamentárias estaduais. A estimativa de aplicação de recursos nas duas modalidades do Programa para 2014 é de em torno de R\$ 16 milhões, com atendimento de 28 mil estudantes.

Essa política apresenta-se como inovadora, uma vez que o benefício social no transporte é subsidiado pelo poder público estadual, ao contrário de outras isenções, que acabam sendo custeadas pelo aumento da passagem. Em outro aspecto, o Programa também atende à educação, facilitando a frequência dos estudantes às aulas.

**Cristina Maria dos Reis Martins**  
Economista, Pesquisadora da FEE

## Efeitos da taxa nominal de câmbio sobre o passivo externo líquido do Brasil

Ao longo dos 30 meses entre julho de 2011 e dezembro de 2013, a economia brasileira acumulou um déficit em transações correntes de cerca de US\$ 162 bilhões, financiado por um ingresso líquido de capitais externos da ordem de US\$ 187 bilhões. Em princípio, a absorção de fluxos de capitais externos é um fator que implica aumento do estoque de passivo externo da economia receptora. No caso do Brasil, houve, entretanto, uma redução de 26,7% no passivo externo líquido, ao longo desse mesmo período. Como se pode explicar esse aparente paradoxo de absorver um volume considerável de capitais do exterior e, ao mesmo tempo, reduzir o passivo externo líquido?

A resposta para essa questão passa pela composição desse passivo externo, no que diz respeito à unidade monetária em que se encontra denominado. Uma característica importante da acumulação de passivo externo do Brasil ao longo dos anos 2000 foi uma expressiva participação de passivo denominado em moeda doméstica. O valor em dólares desse tipo de passivo altera-se com as variações da taxa nominal de câmbio: uma valorização cambial aumenta o seu valor em dólares, enquanto uma desvalorização cambial o reduz.

Sendo assim, a redução do passivo externo líquido da economia brasileira desde meados de 2011 pode ser atribuída a um processo de redução do valor em dólares dos passivos externos denominados em moeda doméstica, associado à persistente desvalorização cambial observada no período. Mesmo que, conforme observado, a economia brasileira tenha continuado a absorver capitais externos, o efeito da desvalorização cambial de cerca de 50% em termos acumulados mais do que compensou o efeito daqueles fluxos, implicando, assim, redução do estoque de passivo externo.

As informações disponibilizadas pelo Banco Central do Brasil sobre a Posição Internacional de Investimentos, permitem analisar quais dos componentes do passivo externo líquido estão mais sujeitos a esses fatores patrimoniais associados às variações da taxa nominal de câmbio. Essa análise desagregada revela que os componentes afetados pela variação cambial são: (a) participação no capital; (b) investimentos em ações; e, em menor intensidade também, (c) títulos de renda fixa. Por sua vez, os componentes não afetados pela variação cambial são: (d) empréstimos intercompanhia; (e) derivativos; e (f) outros investimentos. Ainda que não se possa afirmar com certeza que os passivos dentro de cada uma dessas rubricas sejam homogêneos, podem-se agregar os componentes (a), (b) e (c), de modo a obter uma estimativa do valor em dólares do passivo externo denominado implicitamente em moeda doméstica (DR\$). O agregado formado pelos componentes (d), (e), (f), por sua vez, representa uma estimativa para o estoque de passivo externo denominado e valorado em dólares (DUS\$).

O Gráfico mostra a evolução da razão entre esses dois estoques desde dezembro de 2001. Percebe-se que a proporção entre passivos denominados em moeda doméstica e em estrangeira cresceu rápida e intensamente a partir de 2005. Esse movimento se deu não só em função da absorção de grandes fluxos de capital externo, mas também pela valorização cambial do período. No trimestre imediatamente anterior à eclosão da crise financeira internacional, o estoque de passivos em moeda doméstica era aproximadamente oito vezes maior do que o estoque de passivo em moeda estran-

geira. Esse fator, junto com o elevado volume de reservas internacionais acumuladas, foi fundamental para que a economia brasileira pudesse transpor o período mais crítico da crise internacional sem grandes percalços. Apesar de ter gerado graves dificuldades financeiras para algumas empresas domésticas envolvidas em atividades especulativas, a desvalorização cambial de quase 50%, ocorrida no segundo semestre de 2008, não exerceu efeito desestabilizador. Pelo contrário, dada a elevada participação de passivo denominado em moeda doméstica, o valor em dólares do passivo externo líquido caiu cerca de US\$ 350 bilhões nesse intervalo de apenas seis meses.

Com respeito ao período recente, observa-se que a proporção entre passivos em moeda doméstica e em externa já é muito menor e que, portanto, o efeito estabilizador diante de desvalorizações mais bruscas da taxa de câmbio já não seria tão intenso. Isso não significa, entretanto, que a posição externa da economia brasileira seja frágil, uma vez que os problemas de liquidez externa costumam ocorrer quando a proporção entre a dívida externa de curto prazo (um dos componentes do passivo denominado em dólar) e as reservas internacionais é elevada. Considerando a posição de dezembro de 2013, as reservas internacionais são cerca de 10 vezes maiores do que aquele estoque de dívida, caracterizando uma posição bastante robusta sob o ponto de vista da liquidez.

Tratando-se, entretanto, de uma economia periférica em um cenário de volatilidade dos fluxos de capitais, todo cuidado sempre será pouco. É preciso avançar para além de uma demanda genérica por controles de capitais, sendo necessário identificar mais claramente que tipo específico de estrutura patrimonial pode garantir uma posição mais robusta diante das turbulências dos mercados financeiros internacionais. A experiência dos últimos anos demonstrou que a acumulação de passivo externo em moeda doméstica, associado a um estoque considerável de reservas internacionais, permitiu ao Brasil passar de forma relativamente tranquila por um período bastante complicado no cenário internacional.

Razão entre o estoque de passivos em reais e o estoque de passivos em dólares (DR\$/DUS\$) no Brasil — dez./01-dez./13



FONTE: Banco Central do Brasil.

**Fernando Maccari Lara**  
Economista, Pesquisador da FEE

## Rotatividade no emprego formal: novos nexos sociais?

Após um longo período sob o signo da precariedade, o mercado de trabalho brasileiro vem sustentando, nos primeiros anos deste século, uma trajetória mais favorável, em que pesem as oscilações conjunturais. Três tendências destacam-se, por sua importância qualitativa: queda da taxa de desocupação, elevação dos rendimentos reais e aumento da participação do emprego formal no total da ocupação.

Esses movimentos sustentam a leitura de que o mercado de trabalho vive a retomada de um processo de estruturação que teria permanecido embotado por crises e constrangimentos de distintas naturezas. Na compreensão desse processo, devem-se considerar tanto os elementos econômicos e institucionais necessariamente envolvidos quanto a dimensão do indivíduo, que, socialmente condicionado, se insere, circula, decide, “transaciona” e, assim, participa da conformação desse mercado.

É sob essa perspectiva que ganha interesse uma evidência que emerge das séries de registros administrativos do Ministério do Trabalho e Emprego sobre o emprego formal: o percentual das demissões “a pedido” (voluntárias), em relação ao total de desligamentos de trabalhadores, tem crescido acentuadamente. No Rio Grande do Sul, essa parcela salta de 18,9% do total para 32,3% entre 2003 e 2013 — uma variação de 71,1%. Essa elevação verificou-se nas 28 regiões gaúchas (Coredes), com intensidades entre 22,6% (nos Campos de Cima da Serra) e 139,7% (na Fronteira Noroeste).

No último ano observado, 2013, as menores parcelas que as demissões voluntárias representavam sobre o total foram verificadas nos Coredes Sul e Fronteira Oeste (pouco mais de 22%); no extremo oposto, elas chegavam a mais de 40% nas regiões Hortênsias, Nordeste, Vale do Caí e Vale do Taquari, onde alcançaram 46,9%. Dez anos antes, o máximo que atingiam era 32,4%, no Vale do Caí.

Os nexos sociais que esses desligamentos voluntários podem assumir são muito diversificados, e sua investigação merece aprofundamento. A associação entre a intensificação de transições ocupacionais voluntárias e um “aquecimento” do mercado formal, mais do que promissor, apresenta-se como um caminho obrigatório de análise. Outro aspecto a reter e elucidar é que as demissões a pedido têm representatividade muito diferenciada conforme alguns atributos dos trabalhadores.

Os dados de 2013 para o Estado mostram que esse peso é decrescente conforme avança a idade, salvo na última faixa etária (65 anos ou mais), quando volta a subir, e no grupo mais jovem (até 17 anos), em que as demissões voluntárias são um pouco menos representativas do que na faixa etária seguinte (18 a 24 anos). Nesta última, atinge-se o percentual máximo (37%), enquanto o resultado mais baixo registra-se na faixa de 50 a 64 anos (24,1%).

A desagregação por escolaridade, por sua vez, evidencia a correlação direta entre o número de anos cursados e o peso relativo das demissões a pedido. Em 2013, dos desligamentos de trabalhadores com educação superior completa, 40,8% foram voluntários; para analfabetos e trabalhadores com até cinco anos de estudo, o percentual ficava entre 27,8% e 28,6%. Observa-se, todavia, que a evolução, entre 2003 e 2013, foi mais drástica nos grupos menos escolarizados: a fatia dos desligamentos a pedido para indivíduos com menos do que cinco anos de escolaridade subiu 91,7% (de 14,8% para 28,3%), a variação mais expressiva.

A rotatividade nos postos de trabalho, classicamente alta no Brasil e interpretada quase exclusivamente a partir dos interesses dos empregadores, passa a merecer um exame mais acurado, que contemple as lógicas que presidem a movimentação dos trabalhadores, em um mercado menos adverso do que no passado recente.

Participação e variação dos desligamentos a pedido no total dos desligamentos do emprego formal no RS — 2003-13

ANOS E VARIACÃO	ANALFABETO	ENSINO FUNDAMENTAL			ENSINO MÉDIO		EDUCAÇÃO SUPERIOR		TOTAL	
		Até o 5º Ano Incompleto	5º Ano Completo	Do 6º ao 9º Ano Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	Incompleta		Completa
2003	15,4	14,8	17,3	18,7	17,1	19,3	20,4	23,1	26,7	18,9
2013	27,8	28,3	28,6	31,8	30,5	33,2	32,2	36,0	40,8	32,3
Variação	80,7	91,7	65,2	70,4	78,2	72,0	57,8	55,5	52,4	71,1

FONTE: CAGED, MTE.

**Guilherme G. de F. Xavier Sobrinho**  
Sociólogo, Pesquisador da FEE

**CARTA DE CONJUNTURA FEE** (elaborada com informações até 02.07.14).

ISSN 1517-7262

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.



**Fundação de  
Economia e  
Estatística**

Presidente: Adalmir Antonio Marquetti  
Diretor Técnico: André Luis Forti Scherer  
Diretor Administrativo: Roberto Pereira da Rocha

**Conselho Editorial:** André Luis Forti Scherer, Cecília Rutkoski Hoff, Fernando Maccari Lara, Renato Antônio Dal Maso, Míriam De Toni e Martinho Roberto Lazzari.

**Núcleo de Dados:** Renan Xavier Cortes.

**Revisão:** Breno Camargo Serafini.

**Diagramação:** Giuliana Santos (estagiária).

**Fundação de Economia e Estatística**  
**Siegfried Emanuel Heuser**

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre  
CEP 90010-283

E-mail: carta@fee.tche.br

Twitter: @cartafee

www.fee.rs.gov.br